

Orientações para o planejamento em Proteção e Defesa Civil

Plano Setorial de Proteção e Defesa Civil

Guia contendo os principais passos e requisitos para o planejamento no nível setorial em Proteção e Defesa Civil

Orientações para o planejamento em Proteção e Defesa Civil

Plano Setorial de Proteção e Defesa Civil

Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil

Este documento possui o objetivo de proporcionar ao responsável pelo planejamento condições e alinhamento necessários para que os procedimentos voltados à elaboração do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil sejam realizados.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA MILITAR E COORDENADOR ESTADUAL DE
PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
Coronel Adilson Castilho Casitas

REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR
Prof. Msc. Antônio Carlos Aleixo

COORDENADOR EXECUTIVO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
Ten.-Cel. QOBM Edemilson de Barros

DIRETOR DO CEPED/PR
Cap. QOBM Eduardo Gomes Pinheiro, Dr.

DIRETORA ACADÊMICA DO CEPED/PR
Profª Dra. Danyelle Stringari

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Mary Tomoko Inoue- CRB- 91020

Pinheiro, Eduardo Gomes
Orientações para o Planejamento em Proteção e
Defesa civil : Plano Setorial de Proteção e Defesa Civil.
Curitiba : FUNESPAR, 2017.
111p. il.

ISBN : 978-85-93654-03-9

1. Plano Setorial de Proteção e Defesa Civil
– guias. I. Pinheiro, Eduardo Gomes. II.T

CDD : 711.4

EDUARDO GOMES PINHEIRO

**ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO
EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

PLANO SETORIAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



CURITIBA – PR
2017

Sumário

1. Iniciando o processo	8
2. Conceitos básicos	12
3. Descrição das etapas principais	26
4. Itens estruturantes do plano	30
4.1 Prevenção de desastres	31
4.2 Mitigação de riscos de desastres	34
4.3 Preparação para desastres	35
4.4 Resposta a desastres	38
4.5 Recuperação pós-desastre	39
5. Monitoramento e avaliação	44
6. Considerações Finais	46
Referências	48
Anexos	52

1. Iniciando o processo

Este guia foi desenvolvido para apoiar os procedimentos visando a elaboração do **Plano Setorial** como componente do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Apesar da necessidade, ao longo dos anos, praticamente não houve iniciativas para a incorporação da variável risco de desastre no planejamento setorial. No entanto, sem isso se tornar realidade, pouco o país, os estados e municípios avançarão na busca pela redução do risco de desastre.

Sua instituição faz parte do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil. Dessa forma, possui relação estreita com o tema, por mais que nem sempre, num primeiro momento, isso seja claramente perceptível e habitual.

Não tenha dúvidas que esta ação proporcionará àqueles que ainda não encontraram essas relações, vê-las com nitidez e contemplá-las em formato de planejamento participando como condutor desse processo de transformação histórica pelo qual o Estado está passando.

Para dar início aos trabalhos, recomendamos que haja uma reunião com a direção ou presidência da sua instituição para tratar sobre o tema.

Os integrantes da coordenação do Sistema de Proteção e Defesa Civil estão disponíveis no intuito de apoiá-lo no esclarecimento e convencimento sobre essa importante atividade.

Será necessário analisar a composição estrutural da empresa/órgão/instituição e detectar setores que possuem maior inclinação para o tema, dentre eles, o financeiro, o planejamento, a logística ou outras denominações correlatas que precisam participar.

Após convidadas as funções chave basta seguir os passos deste guia, recorrendo aos conceitos sempre que precisar.

Por se tratar de um Plano Setorial pode ocorrer que a sua instituição não tenha competências que possibilitem o envolvimento com todas as ações de proteção e defesa civil que encerram o ciclo do desastre. Isso é normal e pode ocorrer dependendo da sua, digamos, vocação para a redução do risco de desastre.

Caso essa constatação resulte da reflexão sobre as intersecções que poderiam existir, mas que não se verificaram, sem problemas. O que não pode ocorrer é a ausência da reflexão que impeça, como resultado do plano, que a instituição ou órgão setorial deixe de realizar ações da sua competência as quais, mesmo que não ocorram até o momento, sejam necessárias para o adequado funcionamento integrado do Sistema de Proteção e Defesa Civil.

Muito do que se vai tratar aqui pode parecer novo, às vezes até um pouco distante da realidade anterior

ao início dos trabalhos. Porém, a tendência é que o diagnóstico proposto como uma das etapas iniciais seja um verdadeiro exercício que proporcione o início da percepção institucional (ou do aumento dela) acerca da aderência do tema redução do risco de desastres com as suas competências.

O resultado final se inicia desconhecido e, ao longo do tempo vai ganhando feições capazes de proporcionar a potencialidade institucional e setorial para contribuir com um tema intimamente ligado à sustentabilidade pretendida e necessária para o desenvolvimento do estado.

2. Conceitos básicos

Com a finalidade de padronização da linguagem utilizada durante o processo de planejamento e, ao final, nos planos em si, apresentam-se os seguintes conceitos¹:

Ameaça

Consiste num fenômeno, substância, atividade humana ou condição perigosa que podem ocasionar a morte, lesões ou outros impactos a saúde ou danos a propriedades, perda de meios de sustento e de serviços, transtornos sociais e econômicos, ou danos ambientais.

Em termos técnicos, as ameaças podem ser descritas de forma quantitativa, mediante a possibilidade de frequência das ocorrências, dos diversos graus de intensidade em diferentes setores, determinadas a partir de dados históricos e análises científicas.

1 Os conceitos adotados neste capítulo se baseiam na mesclagem entre aqueles adotados/estabelecidos constantes nas referências 1, 4, 6, 7 e 8 desta publicação.

O termo ameaça pode ser acompanhado de palavras que as caracterizam de modo mais específico, como ameaças biológicas, ameaças geológicas, ameaça hidrometeorológica, ameaça natural, ameaça sócio-natural e ameaça tecnológica.

Ameaça biológica

Trata-se de um processo de origem orgânica que se transporta valendo-se de vetores biológicos, que incluem a exposição a microrganismos patogênicos, toxinas e substâncias bioativas que podem ocasionar a morte, doenças ou outros impactos à saúde, tanto quanto danos à propriedade, a perda de meios de sustento e de serviços, transtornos sociais e econômicos bem como danos ambientais. Como exemplos estão os surtos de doenças epidêmicas, contágios de plantas ou animais, insetos e outras pragas e infestações.

Ameaça geológica

Um processo ou fenômeno geológico que poderia causar a morte, lesões ou outros impactos à saúde, da mesma forma que danos à propriedade, a perda de meios de sustento e de serviços, transtornos sociais e econômicos bem como danos ambientais. Incluem perigos geológicos internos, tais como terremotos, processos terrestres, atividades e emissões vulcânicas, além de processos geofísicos relacionados como o movimento de massas, avalanches, deslizamentos de rochas, deslizamentos de terra pela superfície e corridas de lama ou detritos. Também devem ser considerados os fatores hidrometeorológicos como elementos que contribuem de forma significativa para alguns desses processos.

Ameaça hidrometeorológica

Um processo ou fenômeno de origem atmosférica, hidrológica ou oceanográfica que pode ocasionar a morte, doenças ou outros impactos à saúde, tanto quanto danos à propriedade, a perda de meios de

sustento e de serviços, transtornos sociais e econômicos bem como danos ambientais. Como exemplos estão os surtos de doenças epidêmicas, contágios de plantas ou animais, insetos e outras pragas e infestações. Entre os riscos hidrometeorológicos estão os ciclones tropicais (também conhecidos como tufões e furacões), tempestades, granizo, tornados, tempestades de neve, inundações, secas, ondas de calor e frio. As condições meteorológicas também podem ser um fator para outras ameaças, tais como avalanches, incêndios florestais, pragas de gafanhotos, epidemias, transporte e dispersão de material tóxico e substâncias resultantes de erupções vulcânicas.

Ameaça natural

Processo ou fenômeno natural que pode ocasionar a morte, lesões ou outros impactos à saúde, da mesma forma que danos à propriedade, a perda de meios de sustento e de serviços, transtornos sociais e econômicos bem como danos ambientais. Os perigos naturais são um subgrupo de todas as ameaças. Este termo é usado para descrever eventos e ameaças

existentes relacionados com as condições latentes que podem causar o surgimento de eventos futuros. Perigos naturais podem ser caracterizados pela sua magnitude ou intensidade, a velocidade, a duração e a área que eles cobrem.

Por exemplo, os terremotos são de curta duração e, geralmente, afetam regiões relativamente pequenas, enquanto desenvolvimento e a seca surgem lentamente e geralmente afetam regiões maiores. Em alguns casos, as ameaças podem ser combinadas.

Ameaça sócio natural

É um fenômeno que possui uma maior ocorrência de eventos relativos a certas ameaças geofísicas e hidrometeorológicas, tais como inundações, subsidência do solo, secas, que surgem da interação das ameaças naturais com os solos e os recursos ambientais explorados em excesso ou degradados. Este termo é usado para aquelas circunstâncias em que as atividades humanas aumentam a ocorrência de certas ameaças para além das suas probabilidades naturais. Evidências indicam que há

uma carga crescente de desastres causados por essas ameaças. Ameaças sócio naturais podem ser reduzidas e até mesmo evitadas através de uma gestão sã e prudente dos solos e recursos ambientais.

Ameaça tecnológica

Trata-se de uma ameaça que se origina na raiz das condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas que podem causar a morte, lesões, enfermidades ou outros impactos à saúde, à propriedade, a perda de meios de sustento e de serviços, transtornos sociais e económicos bem como danos ambientais. Exemplos de ameaças resultantes da tecnologia são a poluição industrial, radiação nuclear, resíduos tóxicos, a ruptura/colapso de barragens, acidentes de transporte, explosões, incêndios e derrames de produtos químicos perigosos. Ameaças tecnológicas também podem surgir diretamente como resultado do impacto de um evento desencadeado por ameaças naturais.

Audiência pública

Trata-se de um instrumento necessário para proporcionar aos órgãos públicos condições de apresentação e diálogo, dentro das suas áreas de competência e atuação, de temas relevantes que exijam a busca de soluções, debates com atores sociais, críticas e sugestões. Sua realização precisa ser precedida de um agendamento, ampla divulgação priorizando os principais atores envolvidos no escopo da temática. Recomenda-se, para o planejamento em proteção e defesa civil, pelo menos uma audiência pública realizada num dos municípios da regional, preferencialmente na Câmara Municipal. Essa sessão deve ser aberta ao público, conduzida por integrante da Coordenadoria Regional formalmente designado consignando-se em Ata específica o teor das discussões, sugestões e críticas, bem como a ficha de presença das pessoas que participaram.

Avaliação do risco

Uma metodologia para determinar a natureza e o grau de risco por meio de análise de ameaças potenciais e avaliação das condições existentes de vulnerabilidade, que em conjunto poderiam potencialmente prejudicar a população, bens, serviços e meios de comunicação expostos e o ambiente deles dependente. As avaliações de risco e mapas relacionados incluem uma revisão das características técnicas de ameaças, como sua localização, intensidade, frequência e probabilidade; e a análise do grau de exposição e vulnerabilidade, incluindo física, social, saúde, econômica e ambiental. Avalia-se também a eficácia das capacidades de reação no que diz respeito ao potencial cenário de risco. Às vezes, esta série de atividades é conhecida como processo de análise de risco.

Capacidades

A combinação de todas as forças, atributos e recursos disponíveis dentro de uma comunidade,

sociedade ou organização que podem ser usados para alcançar os objetivos acordados. A capacidade pode incluir infraestrutura e meios físicos, as instituições e habilidades de enfrentamento da sociedade, como saber humano, habilidades e atributos coletivos tais como as relações sociais, liderança e gestão é capacidade também. Avaliando capacidades é um termo usado para descrever um processo de em que as capacidades de um grupo são analisadas em comparação com os objetivos desejados e identificar as lacunas em matéria de capacidades para tomar novas medidas.

Desastre

Resultado de eventos adversos, naturais, tecnológicos ou de origem antrópica, sobre um cenário vulnerável exposto a ameaça, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

Séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade que ocasiona uma grande quantidade de mortes, perdas e impactos materiais,

econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada de fazer frente à situação mediante o uso dos seus próprios recursos.

Mitigação

Mitigar é suavizar o risco, reduzir consideravelmente os efeitos do perigo encontrando o ponto de equilíbrio que permita a convivência da população com as ameaças existentes. É a diminuição ou a limitação dos impactos adversos das ameaças e dos desastres afins. Trata-se de uma estratégia capaz de permitir aumento na eficácia da atuação da proteção e defesa civil envolvendo a população incentivando a resiliência nessas localidades.

Mudanças climáticas

O IPCC define a mudança climática como uma variação estatisticamente significativa em um parâmetro climático médio (incluindo sua variabilidade natural), que persiste num período

extenso (tipicamente décadas ou por mais tempo). Em termos abstratos, a mudança climática pode ser causada por processos naturais, e realmente no passado da Terra houve variações importantes no clima, como por exemplo, os períodos glaciais. Contudo, a mudança recente tem sua causa nas atividades humanas.

Preparação

Preparação consiste em adotar medidas dimensionadas para as necessidades constatadas durante o processo de prevenção. Apesar de se ter conhecimento dos riscos e das tentativas de eliminá-lo ou reduzi-lo a patamares admissíveis, não se pode perder de vista a necessidade de reunir meios para que pessoas, instituições, materiais e diversos aspectos correlatos possam, considerando os riscos iminentes da ocorrência de eventos desastrosos, agir, reduzindo as perdas e os danos caso o indesejável evento se concretize.

Prevenção de desastres

Prevenção de desastres se traduz em conhecer os riscos e reduzi-los ou eliminá-los adotando-se, para tanto, medidas estruturais ou medidas não estruturais. A prevenção deve estar permeada na legislação, nas políticas públicas, instituições, organizações, associações, enfim, no comportamento da sociedade tornando-a apta a participar ativamente como protagonista nesse processo.

Recuperação

Antes de qualquer coisa, a recuperação consiste num desinvestimento, ou seja, é o direcionamento de recursos que seriam investidos em outras áreas para recompor, total ou parcialmente, aquilo que se deixou de conceber com base na consideração da variável risco de desastre. O objetivo da recuperação é devolver ao cenário as condições mínimas de subsistência considerando as necessidades da população local, com a introdução do conceito de

risco na construção dessas obras, tornando o local mais seguro quando possível.

Resiliência

A capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a uma ameaça para resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se de seus efeitos de maneira oportuna e eficaz, o que inclui a preservação e a restauração das suas estruturas e funções básicas.

Resposta

Responder ao desastre significa localizar, mobilizar, direcionar e atuar estrategicamente com os recursos disponíveis de forma a intervir na chamada curva do desastre (a qual descreve sua evolução ao longo do tempo), interceptando-a e, reduzindo desejavelmente sua ascensão, abreviando as perdas e os danos, sobretudo humano, estendendo-se também aos materiais e ambientais, procedendo as avaliações necessárias para determinar o dimensionamento da ajuda que proporcionará a recuperação.

Risco de Desastre

As possíveis perdas que um desastre poderia ocasionar em termos de vidas, das condições de saúde, dos meios de sustento, dos bens e dos serviços e que poderiam ocorrer em uma comunidade ou sociedade específicas num determinado período no futuro.

Vulnerabilidade

As características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou ativo que a tornam suscetíveis aos efeitos prejudiciais de uma ameaça. Há vários aspectos da vulnerabilidade resultante de diversos fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais. Eles incluem planejamento inadequado e construção precária de edifícios, proteção inadequada de bens, falta de informação e sensibilização. A vulnerabilidade varia consideravelmente dentro de uma comunidade e ao longo do tempo.

Os resultados apurados deverão ser consolidados num relatório diagnóstico da instituição (Anexo II).

Ainda nessa etapa convém elaborar a missão, a visão e os valores da instituição acerca da redução do risco de desastres, os quais constam em campos específicos do Anexo II (Relatório Diagnóstico).

O próximo passo consiste na **Definição dos objetivos estratégicos** para o período de planejamento (2017-2030).

Por fim, a **estruturação do plano** que parte do estabelecimento dos objetivos os quais precisam ser baseados nas ações de proteção e defesa civil. Os itens estruturantes fornecem mais detalhes sobre os subcomponentes das ações.

Importante esclarecer que ao nos referirmos às ações de proteção e defesa civil não significa fazer o que seria competência de um órgão de coordenação chamado Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil. Essas ações caracterizam o ciclo do desastre, ou seja, o antes, o durante e o pós-evento desastroso.

Os itens estruturantes seguem essa sequência (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação) para o encadeamento das metas, detalhando os subcomponentes das ações.

Este Guia adota, a partir do Capítulo 3 e em todos os anexos que tratam das ações de proteção e defesa civil a seguinte convenção de cores como padronização:

-  **Ações de prevenção**
-  **Ações de mitigação**
-  **Ações de preparação**
-  **Ações de resposta**
-  **Ações de recuperação**

4. Itens estruturantes do plano

Após o diagnóstico, resultante da aplicação do formulário contido no Anexo I deste documento e da síntese proposta pelo roteiro constante no Anexo II, precisam ser estabelecidas as metas para o período correspondente ao horizonte do plano, associadas às ações de proteção e defesa civil e às competências específicas da sua instituição.

O Anexo III destina-se ao apontamento das metas definidas pela instituição para o período estabelecido para o planejamento.

Para tanto, as figuras na sequência detalham os componentes das ações seguidas de modelos para o preenchimento dos campos:

4.1 Prevenção de desastres

Quais são as metas da instituição da qual faz parte para a prevenção de desastres no período de vigência do planejamento?

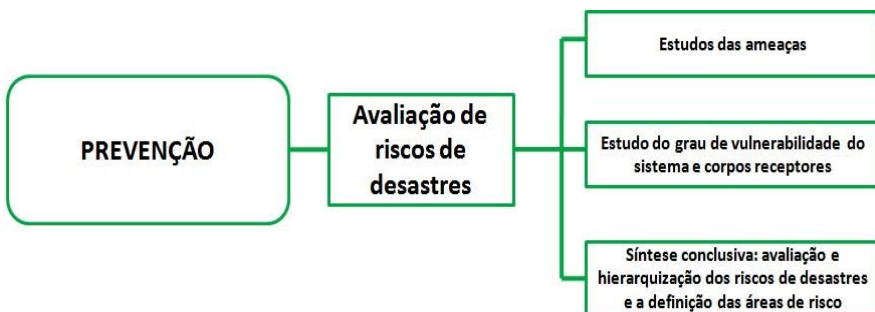


Figura 2 – Componentes da Prevenção de Desastres.
(PINHEIRO, 2015, p.178).

Para responder a essa pergunta é preciso não ter dúvidas quanto ao papel, às competências da instituição/empresa em relação aos riscos de desastres e quanto ao período da normalidade e a possibilidade de evitar a criação ou extinguir o risco.

Após ser desmitificada a estruturação conceitual da prevenção de desastres se torna mais fácil o estabelecimento das metas. O quadro a seguir mostra um exemplo:

Prevenção de desastres	
meta 1	Instituir programa estadual de ampliação da cobertura florestal considerando em sua formulação a preocupação com a redução de riscos de desastres nas áreas degradadas e encostas;

Quadro 1 – Exemplo para o preenchimento de meta.

A meta, no quadro, procura responder à pergunta “o quê?” pode ser feito para a prevenção de desastres pela instituição. No entanto, resta ainda saber “quando”, “quem”, “como” e “quanto”.

No quadro 2 a síntese das respostas necessárias e sua organização para a elaboração do plano setorial:

Prevenção de desastres			
	O que precisa ser feito	Quem fará?	Até quando?
meta 2	Realizar estudos e produzir mapeamento das ameaças tecnológicas ligadas aos produtos químicos perigosos na Região Metropolitana de Curitiba - RMC	Instituto Ambiental do Paraná - IAP	Junho de 2020

Quadro 2 – Preenchimento detalhado da meta.

No plano setorial para a redução do risco de desastre – edição estadual é necessário saber qual a meta, quem ou qual instituição está responsável por ela e quando será realizada.

As demais peculiaridades devem ser objeto do planejamento interno com a incorporação da questão do desastre no orçamento e estrutura da instituição a partir do exercício das suas competências.

O mesmo raciocínio se aplica à ação de mitigação dos riscos de desastre, bem como às outras ações do ciclo do desastre.

4.2 Mitigação de riscos de desastres

Mitigar consiste em atenuar os riscos existentes, torná-los mais suaves a ponto de proporcionar o convívio. A Figura 3 apresenta os componentes da chamada mitigação de riscos de desastres:

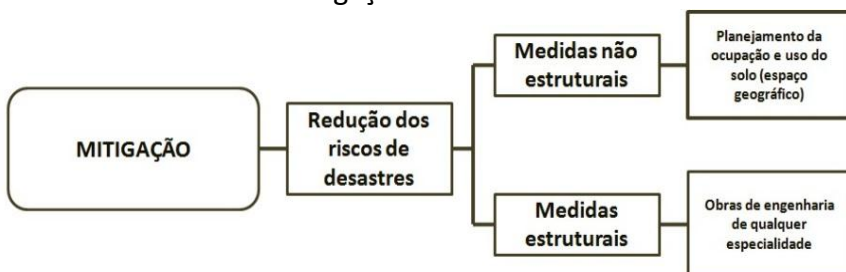


Figura 3 – Componentes da Mitigação de riscos de desastres. (PINHEIRO, 2015, p.180).

A partir das competências da instituição convém verificar, dos riscos que não podem ser eliminados por completo, quais aqueles que podem ser atenuados, quais as respectivas ações no horizonte temporal proposto devem ser estabelecidas como metas e o apontamento dos responsáveis para a sua realização, detendo-se à função sem a necessidade

de ser mencionados nomes devido à transitoriedade nas funções.

A relação dessas metas deve utilizar o formato do Anexo III para ser organizada.

Passa-se para a preparação para desastres, admitindo-se que alguns dos riscos conhecidos que não podem ser eliminados, enquanto atenuados deixam resíduos para os quais se exige a preparação para um eventual desastre.

4.3 Preparação para desastres

Enquanto que a características da definição das metas para as duas ações anteriores, prevenção e mitigação, concentram-se na qualidade das ações devido à complexidade dos cenários, a preparação, ao ser decomposta em subações, caracteriza-se pela quantidade de elementos que exigem a atenção quanto a interfaces e externalidades entre as necessidades que a definem.

Atuar com a preparação convida, por exemplo, a elaboração de um Plano de Contingência relacionado a desastres específico para a sua instituição. Será que ele já existe? Caso não haja, é muito importante concentrar esforços para elaborá-lo.

A Figura 4 ilustra as subações de preparação para desastres:

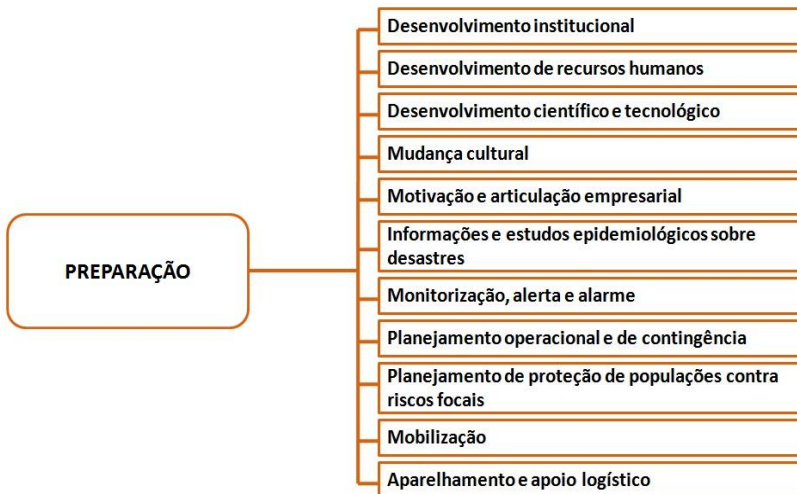


Figura 4 – Componentes da Preparação para Desastres. (PINHEIRO, 2015, p.181).

Alguns desses componentes independem da existência prévia de riscos, ao contrário, preparar-se requer a implantação de uma estratégia capaz de trabalhar de forma ordenada vários dos componentes internamente.

Compreender e perceber o risco decorre justamente dos resultados da colocação em prática dessa necessária preparação.

4.4 Resposta a desastres

Responder é agir na emergência, consiste em tomar as providências necessárias para a realização de três componentes: socorro, assistência e reabilitação. Cada uma dessas etapas possui elementos – ilustrados pela Figura 5 –, que devem ser levados em conta no planejamento Setorial em Proteção e Defesa Civil.



Figura 5 – Componentes da Resposta a desastres. (PINHEIRO, 2015, p.182).

Talvez, a depender das competências da instituição, as ações apresentem características diferentes que se integram com as atividades de outros órgãos durante o atendimento ao desastre.

É muito provável que haja dificuldades para até mesmo realizar o enquadramento das atividades desenvolvidas habitualmente pela instituição no ciclo do desastre. Não há motivos para excessiva preocupação porque, justamente, esse é o objetivo desse exercício de planejar.

As metas estabelecidas para a instituição podem ser acrescidas no campo referente à resposta no Anexo III.

4.5 Recuperação pós-desastre

Esta ação pode ser iniciada concomitantemente ao período da resposta, porém, com a preocupação de recuperar não apenas estruturas físicas destruídas total ou parcialmente, mas as atividades econômicas, o aspecto psicológico da população

afetada, enfim, tornar a região afetada mais forte, mais resiliente ou, preferencialmente, eliminar o risco existente que proporcionou, quando deflagrado, os processos destrutivos que impactaram a região. Na Figura 6 estão os componentes da Recuperação:

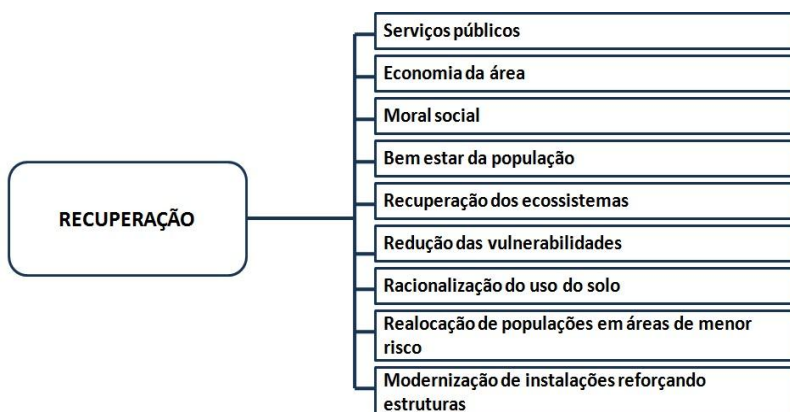


Figura 6 – Componentes da Recuperação pós-desastres. (PINHEIRO, 2015, p.184).

Um dos problemas mais comuns quanto à recuperação é a dificuldade de se obter celeridade nas ações que podem proporcionar àquela região

afetada o retorno à normalidade. Nessa etapa, várias instituições precisam trabalhar em conjunto e, a depender das competências da instituição da qual faz parte, provavelmente tenha que haver uma análise mínima sobre o que fazer e como atuar, quais setores/departamentos/diretorias precisam ser mobilizados, por qual motivo e como isso aconteceria.

As metas devem ser acrescidas no Anexo III, no campo referente às ações de recuperação.

Não se pode esquecer que recuperar precisa incluir aspectos inerentes à preparação e mitigação, além, evidentemente, da resiliência.

Planejar com visão de futuro definindo responsabilidades

A dimensão do que se propõe não se restringe a apenas ter, no encerramento do processo, um plano voltado à redução dos desastres na sua região, estado ou instituição.

Este trabalho precisa apresentar uma dimensão mais ampla definindo, além dos objetivos estabelecidos, principalmente, o caminho a ser percorrido até que eles se concretizem, qual o sistema de governança a ser implantado de forma a atender as necessidades de envolvimento e participação capazes de proporcionar que os objetivos sejam atendidos. O resultado dessa definição sobre a governança, especialmente onde ainda não houve o estabelecimento de algo que o valha, precisa ter como objetivo a criação ou aprimoramento de estrutura que atue como guardião e agente de mobilização em torno do plano e, conseqüentemente, do tema.

Os participantes desse processo de elaboração do plano de proteção e defesa civil precisam ter em mente que o plano deve ser um plano de gabinete, mas um plano da sociedade, dos órgãos que existem para servi-la.

Planejar é trabalhar com o futuro, com perspectivas, com o que pode (ou não) acontecer a partir de

dados, de probabilidades, da análise de variáveis que permitam que isso ocorra.

É necessário, praticamente, realizar uma previsão do futuro como cenário para que o planejamento se desenvolva. O que pode contribuir nesse intuito na redução do risco de desastre? Levantarmos os tipos mais recorrentes de eventos que aconteceram ao longo do tempo e, também aqueles mais graves com possibilidade de ocorrer. Compreender as ameaças, levar em conta previsões relacionadas às mudanças climáticas para a região ou área setorial.

Dessa análise, haverá os futuros possíveis, os prováveis e os desejáveis para orientar o planejamento. Precisamos nos concentrar nos prováveis e agir para buscar a concretização dos desejáveis. Reduzir os riscos e os desastres é desejável e planejar nessa direção de forma integrada e envolvendo as várias instituições e áreas do conhecimento, é fundamental objetivo desse trabalho.

5. Monitoramento e avaliação

A proposta para a avaliação do plano setorial, bem como dos regionais e de todo o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil deverá ser anual, realizada sob a condução do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Após o estabelecimento das metas, prazos e responsáveis, o Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil solicitará ao órgão competente apoio para o desenvolvimento de indicadores de desempenho para ser adotado ao longo do período de planejamento no intuito de realizar as avaliações e o monitoramento. Caso a instituição prefira, podem ser propostos os indicadores como resultado da própria elaboração do plano, facilitando o trabalho e a integração necessários para que haja a almejada efetividade.

Além da periodicidade anual para a revisão ordinária recomenda-se, sempre que houver acontecimentos capazes de produzir impacto influenciando a efetividade do plano, que seja realizada uma

convocação extraordinária para a sua avaliação e eventuais alterações.

6. Considerações Finais

Planejar proteção e defesa civil setorialmente se trata do primeiro exercício realizado no Estado do Paraná para fortalecer o funcionamento sistêmico voltado à redução dos desastres.

Cada instituição possui papel essencial na redução do risco de desastres.

Muitas das ações contidas no resultado final dessa reflexão possuirão caráter transversal, ou seja, precisam da participação de outras instituições para ocorrer e a concretização dessa percepção e etapas são um dos maiores avanços necessários para evolução do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil no Paraná.

Além de estar previsto na legislação possuindo caráter compulsório, o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil proporcionará esse grande debate em torno do tema em todo o Estado e nas suas instituições as quais, independentemente da natureza, formam o eixo estruturante das ações que

podem resultar num Estado mais seguro, sustentável e com menos desastres.

Referências

1. BRASIL. **Decreto Federal nº 7.257**, de 04 de agosto de 2010.
2. BRASIL. **Lei Federal nº 12.608**, de 10 de abril de 2012.
3. CASTRO, Antonio L.C. **Manual de Planejamento em Defesa Civil** – Volume I. Brasil: Ministério da Integração, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007.
4. CASTRO, Antonio L.C. **Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. 5ª Ed. Brasília, 2009.
5. FGV. Fundação Getúlio Vargas. **PNGRD - Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres**. Diagnóstico. FGV-Projetos. 2012.
6. ISRD. **Terminología sobre Reducción Del Riesgo de Desastres**. Estrategia Internacional para la

Reducción de Desastres. Naciones Unidas. Ginebra, 2009.

7. KOBİYAMA, Masato.; MENDONÇA, Magaly.; MORENO, Davis Anderson.; MARCELINO, Isabela Pena Viana de Oliveira.; MARCELINO, Emerson Vieira.; GONÇALVES, Edson Fossatti.; BRAZETTI, Letícia Luiza Penteado.; GOERL, Roberto Fabris.; MOLLERI, Gustavo Souto Fontes.; RUDORFF, Frederico de Moraes. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos.** Curitiba: Ed. Organic Trading , 2006.

8. MARGARIDA,Caroline.; FERREIRA,Débora.; RUDORFF,Frederico de Moraes.; ALBINO,Lisangela.; FREITAS,Mário.; PANCERI,Regina. **Gestão de Risco de Desastres.** Governo do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado de Defesa Civil. Florianópolis: 2013.

9. PINHEIRO, Eduardo Gomes. **Gestão Pública para a redução dos desastres: incorporação da variável risco de desastres à gestão da cidade.** Editora Appris. Curitiba, 2015.

10. SEDEC. **Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais**. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília:2012.

11. UNISDR. **Marco de Sendai para a redução do risco de desastre 2015-2030**. Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastre. Sendai, 2015.

Anexos

Anexo I

Roteiro para diagnóstico das ações estaduais de coordenação em proteção e defesa civil

Roteiro para diagnóstico das ações estaduais de coordenação em proteção e defesa civil

1) Prevenção de desastres

Aspecto	Diagnóstico
a. existe conhecimento acerca do mapeamento das ameaças (naturais ou tecnológicas) relacionadas à competência de atuação da sua instituição?	
b. as vulnerabilidades sujeitas a essas ameaças são conhecidas e mapeadas?	
c. existe mapeamento de risco? (ou mapeamentos alternativo como áreas de atenção)?	
d. por que existem esses riscos (do que eles são consequência)?	
e. foram tomadas (ou estão sendo tomadas) medidas para reduzi-los?	
f. quais são as medidas tomadas pela sua instituição nesse sentido?	
g. elas são suficientes e efetivas?	
h. por que não são suficientes ou efetivas?	
i. a tomada de medidas dessa natureza ocorre de forma integrada com a coordenação do sistema de defesa civil ou simplesmente são casualidades ou	

ações descoordenadas e/ou isoladas?	
j. quais são as competências da sua instituição para agir com medidas estruturais ante as áreas de risco?	
k. qual o instrumento existente ou dispositivo semelhante capaz de proporcionar a adequada discussão das necessidades e o consequente planejamento diante das demandas preventivas?	
l. há conhecimento sobre o custo real dos desastres (ao menos dos mais importantes e significativos) e sua comparação com indicadores financeiros e orçamentários da instituição avaliando a sua potencialidade de impacto?	
m. há recursos disponíveis para a execução de obras preventivas no orçamento da instituição?	
n. como se dá a relação do previsto no orçamento com as necessidades, definindo-se prioridades de aplicação do investimento para a realização das obras ou serviços voltados à redução dos desastres?	
o. existem, no arcabouço jurídico do estado na área de atuação da	

sua instituição legislação específica sobre desastres (ou menção ao tema)?	
p. essa legislação está atualizada com base nas políticas públicas em vigor?	
q. caso se aplique a sua instituição, especificamente a legislação estadual que versa sobre a urbanização (planejamento urbano e regional) possui a inserção da variável risco de desastres no seu contexto?	
r. quais as relações entre a sua instituição e os órgãos de coordenação de proteção e defesa civil nos níveis estadual, regional e municipal?	
s. existe ou já houve a existência de um plano setorial na área de atuação da sua instituição voltado às ações de proteção e defesa civil ou de gestão de riscos de desastres?	
t. tais planos contemplam, satisfatoriamente, as intersecções necessárias entre o tema específico e a gestão de riscos e desastres?	

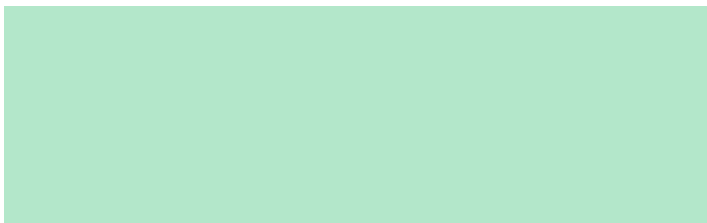
u. qual a participação (se houve) do órgão de coordenação de Proteção e Defesa Civil na elaboração desse plano?	
v. caso não tenha havido a participação da CEPDEC ou CORPDEC, por que ela não ocorreu?	
w. quais as ações desenvolvidas na sua instituição que podem ser consideradas ações preventivas?	
x. essas ações obedecem a alguma lógica objetiva pautada num planejamento?	
y. existe conhecimento acerca do mapeamento das ameaças (naturais ou tecnológicas) relacionadas à competência de atuação da sua instituição?	
z. as vulnerabilidades sujeitas a essas ameaças são conhecidas e mapeadas?	

Quais as fortalezas da prevenção? (Os pontos fortes que merecem destaque)

Quais as oportunidades da prevenção? (O que pode ser feito, é tangível no tempo disponível e pode agregar à redução do risco de desastre)

Quais as debilidades da prevenção? (Fraquezas percebidas ao ser comparado o que precisaria ser e o que, de fato é a prevenção na regional)

Quais as ameaças da prevenção? (O que se percebe ao analisar a prevenção aplicada a sua regional que pode contribuir para que ocorram mais desastres ou que o sistema de proteção e defesa civil se enfraqueça)



2) Mitigação de riscos de desastres

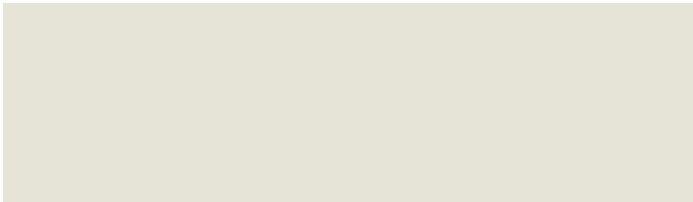
Aspecto	Diagnóstico
a. a partir do conhecimento das áreas de risco/ áreas de atenção como tem sido a atuação da instituição a qual pertence?	
b. existem avaliações das necessidades de recursos humanos e materiais para a redução do risco de desastres a patamares considerados aceitáveis?	
c. qual o nível de interação entre os órgãos de coordenação em Proteção e Defesa Civil para a atuação conjunta ou alinhamento de ações nesse sentido?	
d. qual é a previsão da participação da população nesse processo?	
e. tem ocorrido essa participação?	
f. caso afirmativo, onde tem ocorrido e qual o relato sintético dessa participação associado à análise crítica (se ela ocorre de forma efetiva ou não)?	
g. os municípios com maior índice de recorrência de desastres	

possuem algum tipo de estratégia para a atuação nesse sentido?	
h. sua instituição possui programas específicos (ou não) para a redução de riscos de desastres por meio da mitigação em áreas específicas?	
i. sua instituição age de forma integrada com a CEPDEC e com a CORPDEC?	

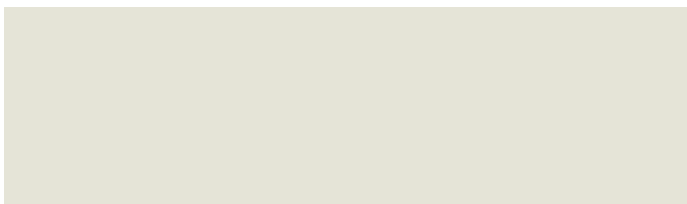
Quais os pontos fortes, que merecem destaque positivo da mitigação? (Os pontos fortes que merecem destaque)

Quais as oportunidades da mitigação? (O que pode ser feito, é tangível no tempo disponível e pode agregar à redução do risco de desastre)

Quais as debilidades, os pontos fracos da mitigação? (Fraquezas percebidas ao ser comparado o que precisaria ser e o que, de fato é a mitigação na regional)



Quais as ameaças da mitigação? (O que se percebe ao analisar a mitigação aplicada a sua regional que pode contribuir para que ocorram mais desastres ou que o sistema de proteção e defesa civil se enfraqueça)



3) Preparação para desastres

Aspecto	Diagnóstico
a. existe alguma estratégia para o desenvolvimento institucional voltado à redução do risco de desastre?	
b. como se processa o desenvolvimento de recursos humanos no que se refere à redução do risco de desastre e proteção e defesa civil?	
c. como se processa o desenvolvimento científico e tecnológico no que se refere à redução do risco de desastre na sua instituição?	
d. como está o aspecto desastre no que se refere à cultura institucional e dos funcionários?	
e. existem estudos epidemiológicos sobre desastres relacionados à área de atuação da sua instituição?	
f. qual a perspectiva e poder de mobilização (capilaridade, especialidades, contatos com voluntários, recursos materiais e	

financeiros, etc.) da instituição em caso de desastres?	
g. como está o aparelhamento e apoio logístico da instituição para fazer frente a situações de desastre dentro das suas competências?	
h. existe planeamento contingência ou de continuidade do negócio que inclua ou seja dedicado ao tema desastre associado às atividades da instituição?	
i. existem planeamentos voltados à proteção de populações contra riscos focais (área de atenção e, especialmente riscos tecnológicos conhecidos)?	
j. há algum papel a ser desempenhado num abrigo público pela sua instituição, dadas as suas competências?	
k. esse papel tem sido feito?	

Quais as fortalezas da preparação? (Os pontos fortes resultantes desse diagnóstico)

Quais as oportunidades da preparação? (O que se percebe ao analisar a preparação que pode contribuir para que ocorram mais desastres ou que o sistema de proteção e defesa civil se enfraqueça)

Quais as debilidades da preparação? (Fraquezas percebidas ao ser comparado o que precisaria ser e o que, de fato é a preparação no estado)

Quais as ameaças da preparação? (Dadas as debilidades percebidas, quais as consequências negativas para o sistema de proteção e defesa civil e o seu objetivo principal)



4) Resposta a desastres

(Para a etapa da resposta devem ser avaliados os tipos mais recorrentes de desastres no estado ou aquelas tipologias com maior potencial destrutivo que possam ocorrer)

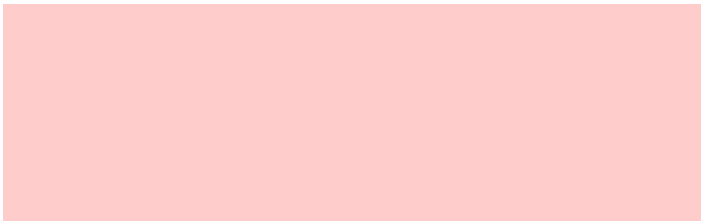
Aspecto	Diagnóstico
a. qual o papel da sua instituição quando ocorrem situações de desastre (quais desastres, competências e atividades normalmente desenvolvidas)?	
b. existe algum protocolo de integração previamente estabelecido para essas situações?	
c. como funciona o gerenciamento das ações quando ocorre um desastre com o envolvimento da instituição nas ações de resposta?	
d. nesses casos ocorre (e como ocorre) a interação com outras instituições no local onde o desastre está ocorrendo?	
e. há previsão e, se sim, quais as ações previstas para o pré-impacto do desastre?	
f. estão previstas e, se sim, quais as ações previstas para o período de impacto?	

g. estão previstas e, se sim, quais as ações e estratégias previstas para a limitação dos danos?	
h. existe um sistema de gerenciamento específico adotado durante a ocorrência de desastres?	
i. o sistema adotado está alinhado com a legislação atualmente vigente?	
j. os agentes que precisam utilizar a ferramenta estão capacitados para isso?	
k. quem ministra o curso e em quais condições ele ocorre?	
l. existem mecanismos de análise crítica dos atendimentos a desastres em relação ao apontamento dos pontos a melhorar e das conformidades obtidas?	
m. os atendimentos são realizados com base em planos operacionais para resposta?	
n. há planos de contingência elaborados, institucionalmente, prevendo o atendimento e a participação institucional para situações de desastres?	
o. existe um cadastro de recursos disponíveis (humanos e materiais)	

passivo de mobilização em situações de desastre?	
p. existem equipamentos de comunicação adequados para o gerenciamento e a participação em desastres?	
q. há orientações para a tratativa com a imprensa nesses casos?	
r. há um calendário de cursos de capacitação para as equipes emergenciais para situações específicas de desastres?	
s. existem voluntários cadastrados para a participação em apoio a esses eventos?	
t. existem equipes de resposta especializadas para atuar em situações específicas de desastres?	
u. como se dá o levantamento de danos e perdas gerados por desastres relacionados à área de atuação da sua instituição?	
v. quais os tipos de apoio comumente prestados aos municípios afetados quando da ocorrência de desastres?	
x. há previsão orçamentária para as ações de resposta a desastres na sua instituição?	

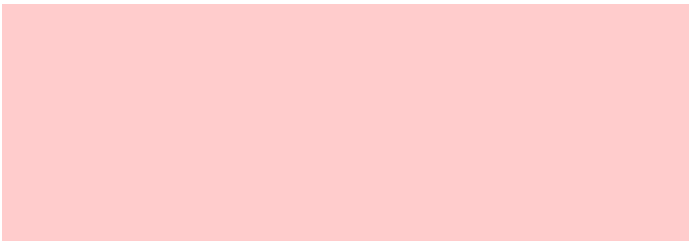
z. qual a estratégia para a reabilitação dos cenários?	
--	--

Quais as fortalezas da resposta? (Os pontos fortes percebidos a partir das constatações do diagnóstico)

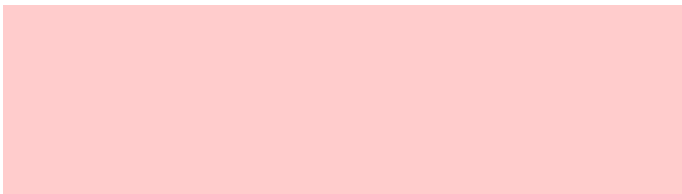


Quais as oportunidades da resposta?

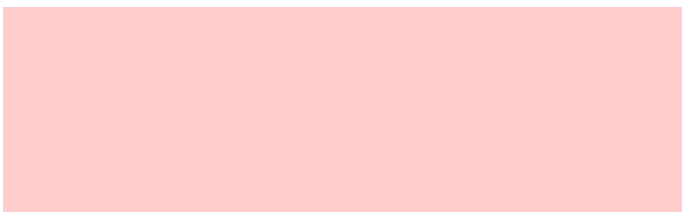
(Possibilidades de aprimoramento de modo que haja reflexos positivos no aumento de qualidade da resposta como ação para a redução do impacto dos desastres)



Quais as debilidades da resposta? (O que está deixando a desejar nessa ação)

A large rectangular area that has been redacted with a light pink color, intended for the user to provide an answer to the question above.

Quais as ameaças da resposta? (Dadas as debilidades percebidas, quais as consequências negativas para o sistema de proteção e defesa civil e o seu objetivo principal)

A large rectangular area that has been redacted with a light pink color, intended for the user to provide an answer to the question above.

5) Recuperação pós-desastre

Aspecto	Detalhamento
a. existe um procedimento pré definido para a recuperação de áreas afetadas por desastres?	
b. após a ocorrência dos eventos desastrosos, existe a elaboração do plano de recuperação?	
c. quais os setores/diretorias que participam desse tipo de planejamento?	
d. quem (qual órgão) coordena o grupo?	
e. o planejamento envolve a reanálise das ameaças, vulnerabilidades e riscos?	
f. como a variável risco de desastre é inserida nos projetos e nas obras?	
g. existe previsão de recursos no orçamento para as ações de recuperação decorrente dos desastres?	
h. a fonte desses recursos provém de um fundo específico ou do orçamento da instituição?	

i. existe a visão da reconstrução contendo ações integradas com outras instituições?	
j. qual tem sido o prazo médio de repasse dos recursos e atendimento à comunidade afetada?	
k. algum dos setores/diretorias (ou órgãos correlatos) permanece acompanhando os repasses, as obras e algum tipo de cronograma mantendo-o atualizado e disponível para consulta pública?	
l. existe algum instrumento legal que determina a criação desse grupo?	
m. existe a contribuição para a elaboração do plano de trabalho para a solicitação de recursos?	
n. quais os mecanismos utilizados para a percepção e hierarquização das necessidades da população afetada?	
o. (caso haja relação da sua instituição com esse tema) como se avaliam o impacto e as necessidades para atuação junto à recuperação da economia?	
p. (caso haja relação da sua instituição com esse tema) como se avaliam o impacto e as necessidades	

para a recuperação dos serviços públicos?	
q. (caso haja relação da sua instituição com esse tema) como se avaliam o impacto e as necessidades para atuação junto à recuperação do moral social?	
r. (caso haja relação da sua instituição com esse tema) como se avaliam o impacto e as necessidades para atuação junto à recuperação do bem-estar da população?	
s. (caso haja relação da sua instituição com esse tema) como se avaliam o impacto e as necessidades para atuação junto à recuperação da recuperação dos ecossistemas?	
t. como se avaliam o impacto e as necessidades para atuação junto à redução das vulnerabilidades?	
u. como se avaliam o impacto e as necessidades para atuação junto à racionalização do uso do solo?	
v. como se avaliam o impacto e as necessidades para atuação junto à população realocando-a em áreas de menor risco?	
w. (caso haja relação da sua instituição com esse tema) como se avaliam o impacto e as necessidades	

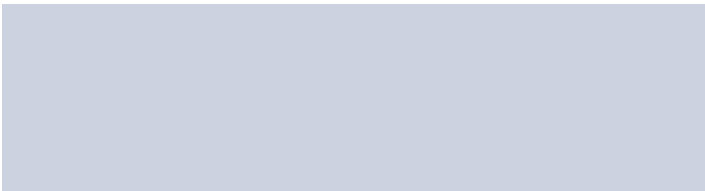
para atuação junto à recuperação das instalações, modernizando-as e reforçando suas estruturas?	
---	--

Quais as fortalezas da recuperação? (Quais os aspectos percebidos na recuperação que podem ser enaltecidos pois ocorrem bem)

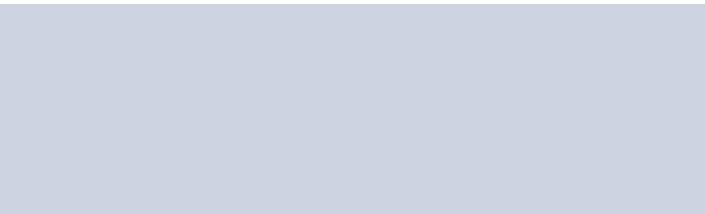
Quais as oportunidades da recuperação? (O que pode ser potencializado a partir do diagnóstico para que a recuperação se torne uma ação mais efetiva para a redução do risco de desastres)

Quais as debilidades da recuperação?

(Constatações que apontam falhas no atual processo de recuperação)



Quais as ameaças da recuperação? (Dadas as debilidades percebidas, quais as consequências negativas para o sistema de proteção e defesa civil e o seu objetivo principal)



Anexo II

Relatório do Diagnóstico Setorial sobre as ações de Proteção e Defesa Civil

Relatório do Diagnóstico Setorial sobre as ações de Proteção e Defesa Civil

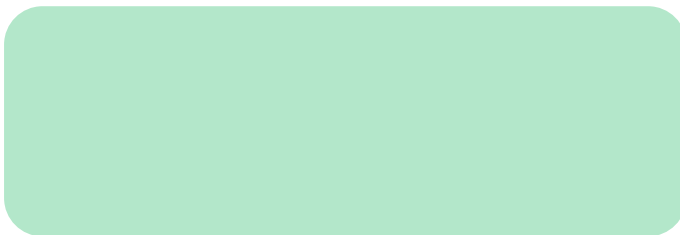
1 Identificação da instituição/empresa/área setorial envolvida



2 Definição da missão, visão e valores da instituição relacionados à redução do risco de desastres



3 Descritivo sobre as competências institucionais na área de redução do risco de desastre



4 Descritivo sobre as funções/departamentos/diretorias que compuseram a Equipe de Planeamento Setorial, nomes dos representantes e ficha de assinaturas



5 Síntese do diagnóstico sobre as ações de proteção e defesa civil

5.1 Prevenção de desastres



5.2 Mitigação de riscos de desastres



5.3 Preparação para desastres



5.4 Resposta a desastres



5.5 Recuperação pós-desastre



6 Síntese conclusiva sobre o diagnóstico



Anexo III

Formulário para o estabelecimento de metas por ações de Proteção e Defesa Civil

Prevenção				
	O que precisa ser feito	Quem fará?	Quando inicia?	Prazo limite
Meta 1				
Meta 2				
Meta 3				
Meta 4				
Meta 5				
Meta 6				
Meta 7				
Meta 8				
Meta 9				
Meta 10				
Meta (...)				

Orientações para o Planeamento em Proteção e Defesa Civil - Plano Setorial

Orientações para o Planeamento em Proteção e Defesa Civil – Plano Setorial

Mitigação				
	O que precisa ser feito	Quem fará?	Quando inicia?	Prazo limite
Meta 1				
Meta 2				
Meta 3				
Meta 4				
Meta 5				
Meta 6				
Meta 7				
Meta 8				
Meta 9				
Meta 10				
Meta (...)				

Preparação				
	O que precisa ser feito	Quem fará?	Quando inicia?	Prazo limite
Meta 1				
Meta 2				
Meta 3				
Meta 4				
Meta 5				
Meta 6				
Meta 7				
Meta 8				
Meta 9				
Meta 10				
Meta (...)				

Orientações para o Planejamento em Proteção e Defesa Civil - Plano Setorial

Orientações para o Planeamento em Proteção e Defesa Civil – Plano Setorial

Resposta a desastres				
	O que precisa ser feito	Quem fará?	Quando inicia?	Prazo limite
Meta 1				
Meta 2				
Meta 3				
Meta 4				
Meta 5				
Meta 6				
Meta 7				
Meta 8				
Meta 9				
Meta 10				
Meta (...)				

Recuperação				
	O que precisa ser feito	Quem fará?	Quando inicia?	Prazo limite
Meta 1				
Meta 2				
Meta 3				
Meta 4				
Meta 5				
Meta 6				
Meta 7				
Meta 8				
Meta 9				
Meta 10				
Meta (...)				

Orientações para o Planejamento em Proteção e Defesa Civil - Plano Setorial

Anexo IV

Estrutura simplificada do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil

Plano Setorial de Proteção e Defesa Civil

O Plano Setorial de Proteção e Defesa Civil precisa seguir o seguinte Roteiro Simplificado:

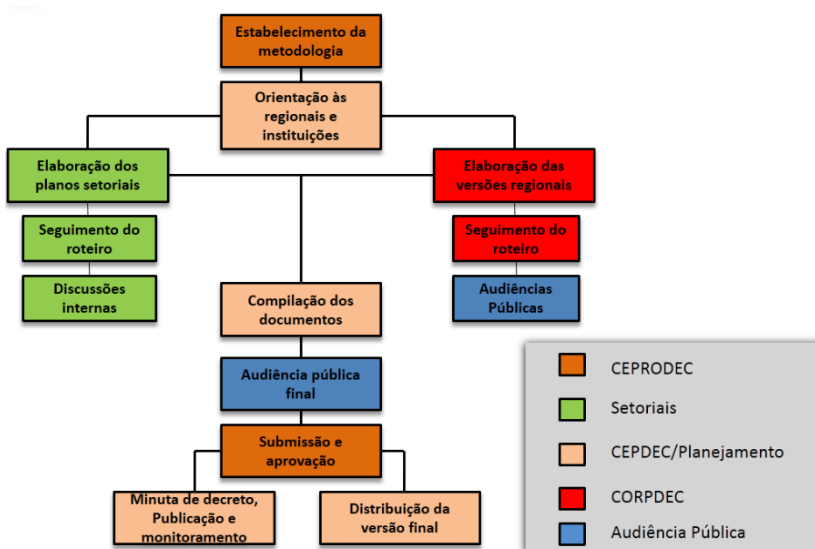


Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil

Roteiro simplificado – Plano Setorial

- Introdução
- Diagnóstico
- Ações de proteção e defesa civil
- Encaminhamento à Coordenadoria Estadual

Convém relembrar que a elaboração do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil ocorre com o desencadeamento das etapas Regional e Setorial (simultaneamente) e a organização e edição final (etapa estadual acrescida dos capítulos regionais e setoriais) à cargo da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, conforme figura a seguir:



Logo após a finalização da versão regional o plano setorial deve ser encaminhado ao Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPRODEC ou à Seção de Planeamento da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC.

Os responsáveis setoriais pela elaboração dos planos preferencialmente devem acompanhar a audiência pública final do processo de planeamento, na qual

será debatido o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil e seus capítulos.

Ressalta-se a necessidade de haver a previsão e constituição do Núcleo de Planejamento Setorial, contando com integrantes dos setores estratégicos da instituição. A versão setorial do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil dispensa a necessidade de audiência pública durante o processo conceptivo.

Orientações para o planejamento:

Na introdução:

A contextualização dos desastres no PR, dados sobre os eventos mais recorrentes, suas perdas e impactos comuns que afetam a área setorial específica.

Seria importante o estabelecimento da visão institucional, da missão institucional e dos valores institucionais a partir das competências existentes perante o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná.

Neste capítulo precisam estar definidos os objetivos estratégicos para o período.

Quanto ao diagnóstico:

Precisamos responder às seguintes perguntas, para cada uma das ações de proteção e defesa civil (ciclo do desastre), como exemplifica-se com a prevenção:

- O que é a prevenção de desastres?
- Ela é aplicada no Paraná atualmente?
- Quais os seus componentes e o que (e quanto) estamos realizando desses componentes no Paraná.

Para os órgãos setoriais e instituições que compõem o SEPDEC, uma questão norteadora é: quais as competências institucionais quanto à redução do risco de desastres, quanto ao ciclo das ações de proteção e defesa civil?

Quanto às ações de proteção e defesa civil

A partir do diagnóstico é preciso definir metas tangíveis e os passos (e responsabilidades) para que o estabelecido para o período vindouro ocorra.

Esta etapa é a essência, o núcleo do plano. Sugere-se a adoção de uma estrutura baseada nas seguintes questões:

- O que precisamos fazer?
- Quem é competente para fazer (instituições)?
- Quem será o responsável (instituições)?
- Como fazer? (não esquecer a previsão orçamentária – recursos financeiros)
- Quanto tempo há para ser feito?
- Como mediremos os avanços e em qual período?

O preenchimento dos quadros contidos nos Anexos.

Quanto ao monitoramento, controle e avaliação

O atingimento dos objetivos propostos para o cumprimento das metas para o período precisa contar com uma forma de monitoramento que proporcione a avaliação e o controle das metas estabelecidas.

Para cada meta estabelecida será necessário identificar como será realizada a medição dos avanços.

O Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil e a Seção de Planejamento da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil tomarão por base esses critérios para o acompanhamento das ações e consequentes avanços no período de planejamento.

Quanto às considerações finais

Nas considerações finais devem constar os registos da realização das audiências públicas pelas regionais.

Além disso, convém incluir a previsão das avaliações periódicas, revisões e mecanismos de alteração em caso de necessidade, bem como as assinaturas dos responsáveis pelo plano.

Outras recomendações importantes

1. Marcos internacionais

O trabalho deve levar em conta a elaboração e a leitura das proposições sob o prisma do Marco de Ação de Sendai e da Campanha Global: Construindo Cidades Resilientes, minha cidade está se preparando.

2. Responsabilidades e competências institucionais/setoriais

Nos planos setoriais deve ficar clara a responsabilidade das instituições no que se refere à redução do risco de desastre, em cada uma das ações do ciclo do desastre.

3. Registros das reuniões da equipe de planejamento setorial

Todas as versões finais do Plano Setorial de Proteção e Defesa Civil devem vir acompanhadas das respectivas Atas referentes à realização das reuniões do Núcleo de Planejamento Setorial em Proteção e Defesa Civil.

4. Assessoramento técnico

A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil e as suas regionais deverão prover assessoramento às instituições e órgãos setoriais durante a elaboração das suas versões do Plano Setorial de Proteção e Defesa Civil.

5. Disponibilização da versão final

A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil deverá realizar o controle das versões e disponibilizar a versão mais atualizada do plano às instituições participantes do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil, às Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil e no portal eletrônico da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

6. Controle das revisões

O Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPRODEC, por meio da sua Secretaria Executiva, ficará responsável pelo controle das revisões do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil e fará a interlocução com as Coordenadorias Regionais e órgãos setoriais sempre que necessário.

7. Casos omissos

Questões que surjam e não tenham sido mencionadas nesta publicação recomenda-se que sejam encaminhadas e debatidas no âmbito do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPRODEC, por meio da sua Secretaria Executiva.

Contato no Estado do Paraná:

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Rua Jacy Loureiro de Campos s/nº - Palácio das Araucárias –

Centro Cívico – Curitiba/PR CEP 80530-140

e-mail: defesacivilspl@casamilitar.pr.gov.br

telefone: (41) 3210-2707

Fale com o autor:

Caso deseje realizar alguma crítica, sugestão ou relatar sua experiência com o uso deste Guia entre em contato com o autor pelo e-mail:

eduardogomes@ceped.pr.gov.br

Caso prefira, basta entrar em contato pelo telefone:
(41) 3350-2608



Conheça o CEPED/PR, acesse:

www.ceped.pr.gov.br

Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº, Palácio Iguazu – Centro Cívico –
Curitiba/PR – CEP 80530-909

